



**abcon**

Associação Brasileira das Concessionárias  
Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto



**sindcon**

Sindicato Nacional das Concessionárias  
Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto



## MISSÃO

Apoiar a sociedade e o poder público para garantir o acesso das gerações atual e futuras ao serviço eficiente de Água e Esgoto no Brasil

Promover a gestão de alta performance e a sustentabilidade dos operadores privados de serviços de água e esgoto no Brasil.

Desde 1996  
Conta hoje com

12

**Holdings** associadas  
+

95

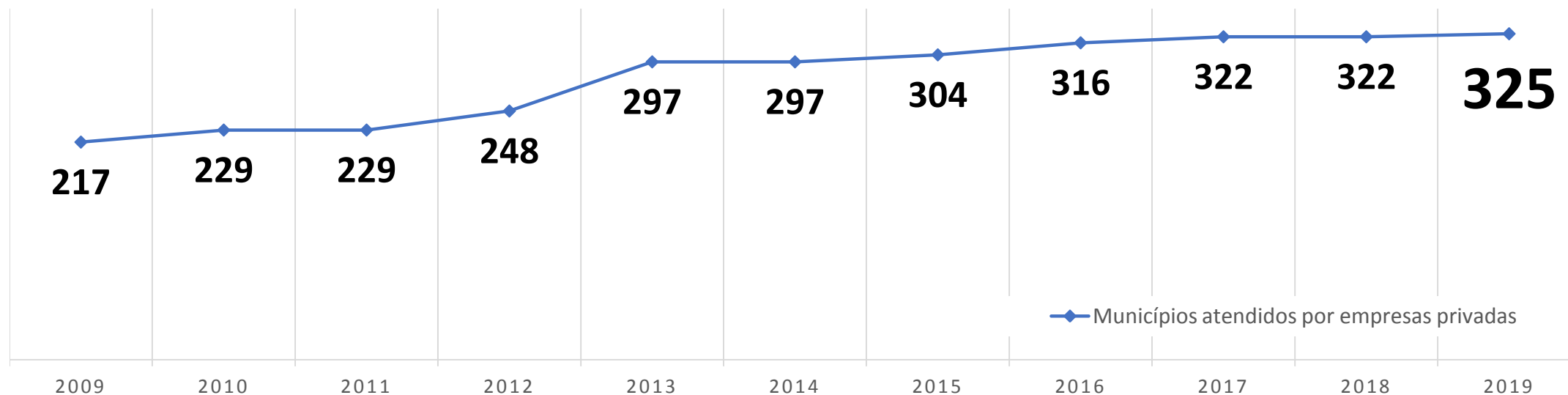
**Concessionárias**  
associadas ao  
SINDCON

# Empresas privadas no saneamento

- **10.066** funcionários diretos
- **R\$ 509.194.467,18** de contribuição fiscais ou tributárias em 2017

Fonte: SNIS 2017

- **Evolução das concessões privadas no saneamento**



# Comparativo internacional

| PAÍS          | ACESSO À ÁGUA | SERVIÇO DE ESGOTO |
|---------------|---------------|-------------------|
| Chile         | 99            | 99,1              |
| México        | 96,1          | 85,2              |
| Bolívia       | 90            | 50,3              |
| Peru          | 86,7          | 76,2              |
| Jordânia      | 96,90%        | 98,6              |
| China         | 95,50%        | 76,5              |
| África do Sul | 93,20%        | 66,4              |
| Iraque        | 88,60%        | 86,5              |
| Marrocos      | 85,40%        | 76,7              |
| Brasil        | 83,30%        | 51,9              |

# Serviços prestados pelos Operadores

## Prestadores Estaduais Públicos

Fonte: SNIS 2017 e SPRIS



## Prestadores Privados

**[ 325 municípios ]**

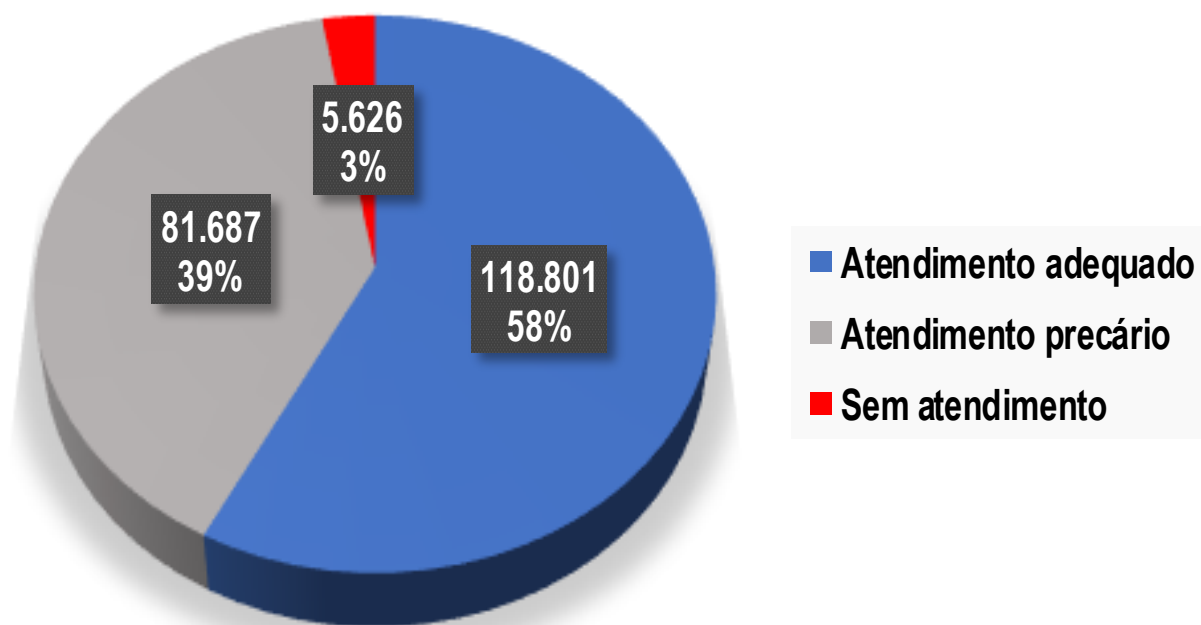


## Prestadores Municipais Públicos

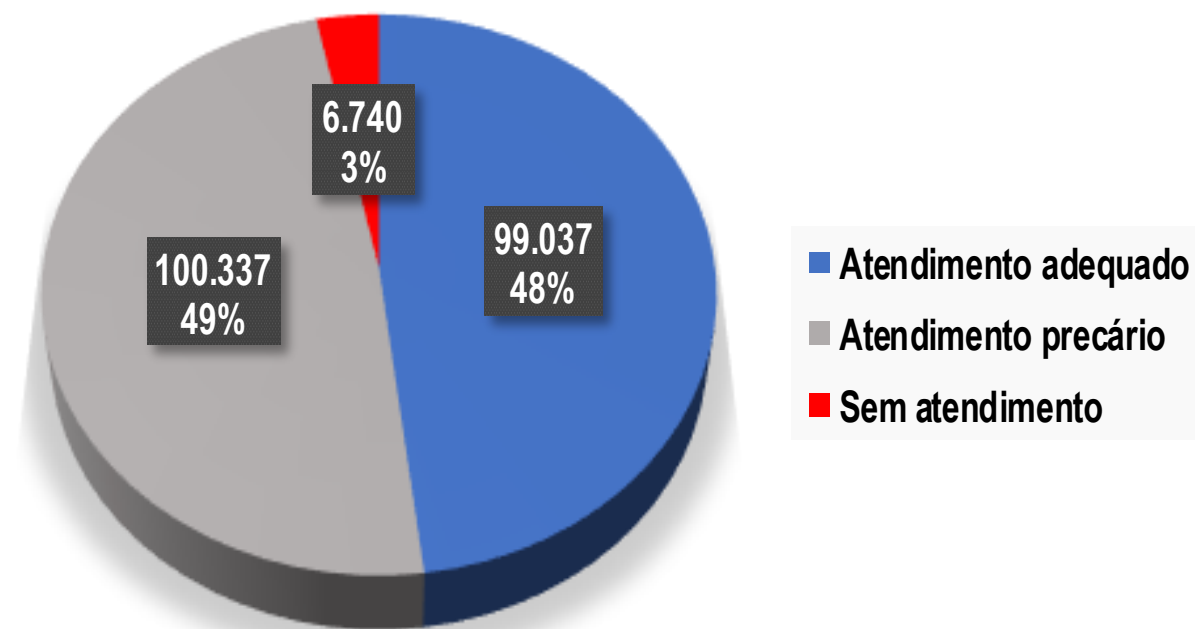


## POPULAÇÃO COM ATENDIMENTO ADEQUADO E COM DÉFICIT EM 2017

### Abastecimento de Água



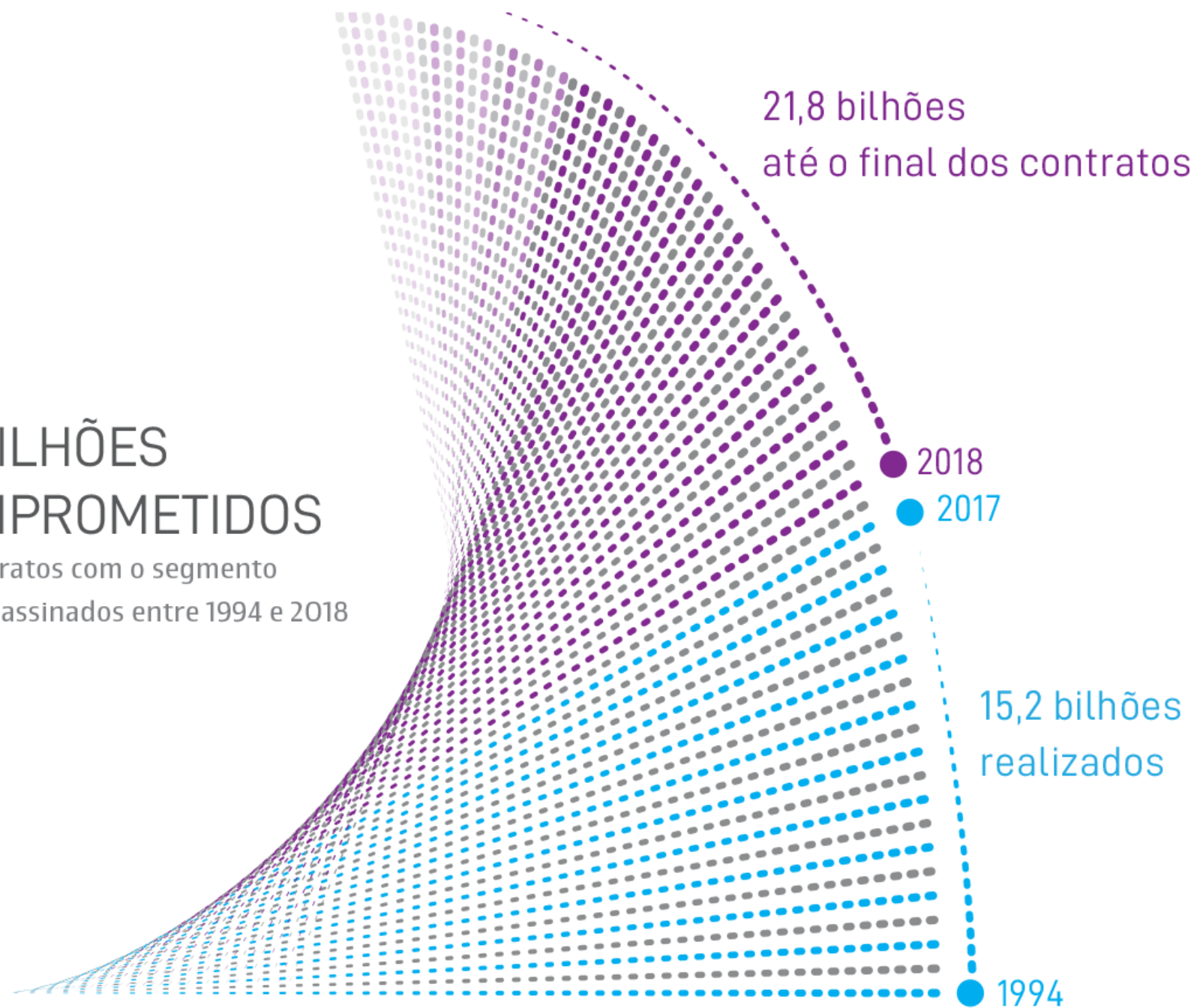
### Esgotamento Sanitário



| UF                 | Municípios | População Total Beneficiada | Investimentos (R\$ milhões)    |                       |
|--------------------|------------|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------|
|                    |            |                             | Comprometido Total do Contrato | Materializado em 2017 |
| Alagoas            | 11         | 549.026                     | 430,29                         | 0,83                  |
| Amazonas           | 1          | 2.207.525                   | 2.976,68                       | 72,95                 |
| Bahia              | 2          | 1.100.000                   | 261,13                         | 0,00                  |
| Espirito Santo     | 3          | 707.802                     | 1.586,73                       | 50,49                 |
| Goiás              | 4          | 923.904                     | 951,01                         | 109,38                |
| Maranhão           | 3          | 320.809                     | 657,00                         | 103,83                |
| Mato Grosso        | 37         | 1.474.392                   | 3.068,07                       | 103,11                |
| Mato Grosso do Sul | 1          | 860.943                     | 1.615,51                       | 75,57                 |
| Minas Gerais       | 18         | 1.462.166                   | 864,39                         | 12,09                 |
| Pará               | 12         | 240.101                     | 525,36                         | 7,02                  |
| Paraná             | 1          | 149.683                     | 464,08                         | 15,21                 |
| Pernambuco         | 15         | 3.965.548                   | 2.954,94                       | 304,21                |
| Piauí              | 1          | 825.015                     | 1.700,00                       | 26,94                 |
| Rio de Janeiro     | 20         | 4.418.782                   | 7.363,19                       | 197,99                |
| Rio Grande do Sul  | 2          | 189.343                     | 270,62                         | 23,37                 |
| Rondonia           | 4          | 134.776                     | 478,02                         | 19,79                 |
| Santa Catarina     | 12         | 561.668                     | 1.665,55                       | 98,91                 |
| São Paulo          | 53         | 12.173.554                  | 7.795,61                       | 682,89                |
| Tocantins          | 125        | 1.209.635                   | 1.529,02                       | 81,63                 |
|                    | 325        | 33.474.672                  | 37.157,20                      | 1.986,22              |

# Investimentos do segmento privado no saneamento (R\$)

37 BILHÕES  
COMPROMETIDOS  
em contratos com o segmento  
privado assinados entre 1994 e 2018

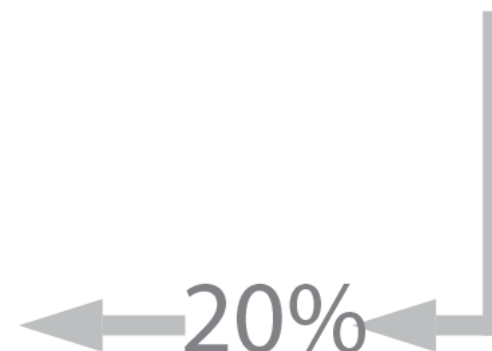
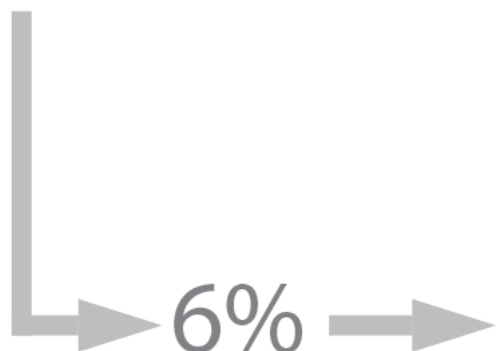






**5570**  
Municípios  
no Brasil

**R\$11** bilhões  
de investimentos no setor  
de saneamento em 2016

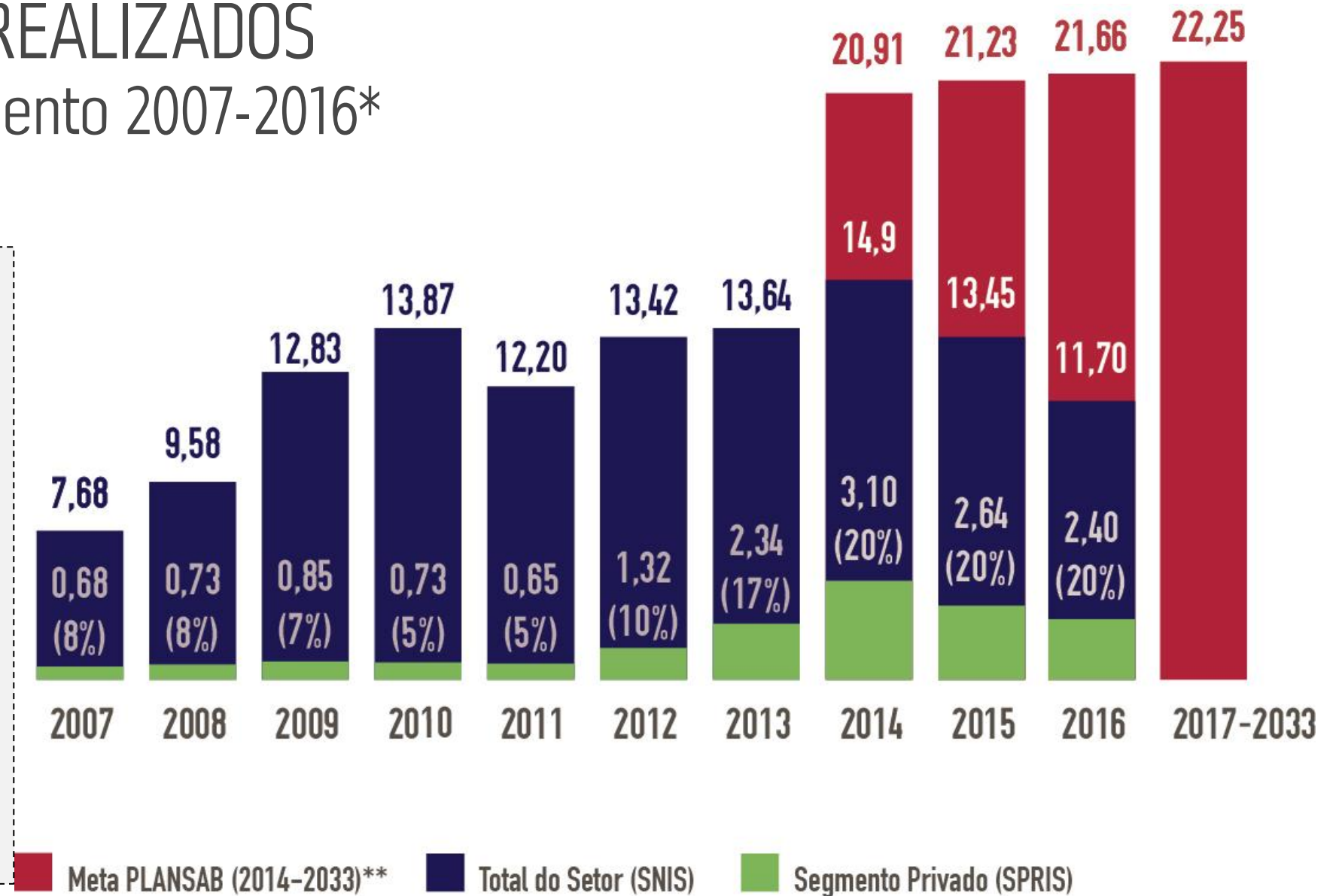


# INVESTIMENTOS REALIZADOS

no setor de saneamento 2007-2016\*  
[R\$ bilhões]

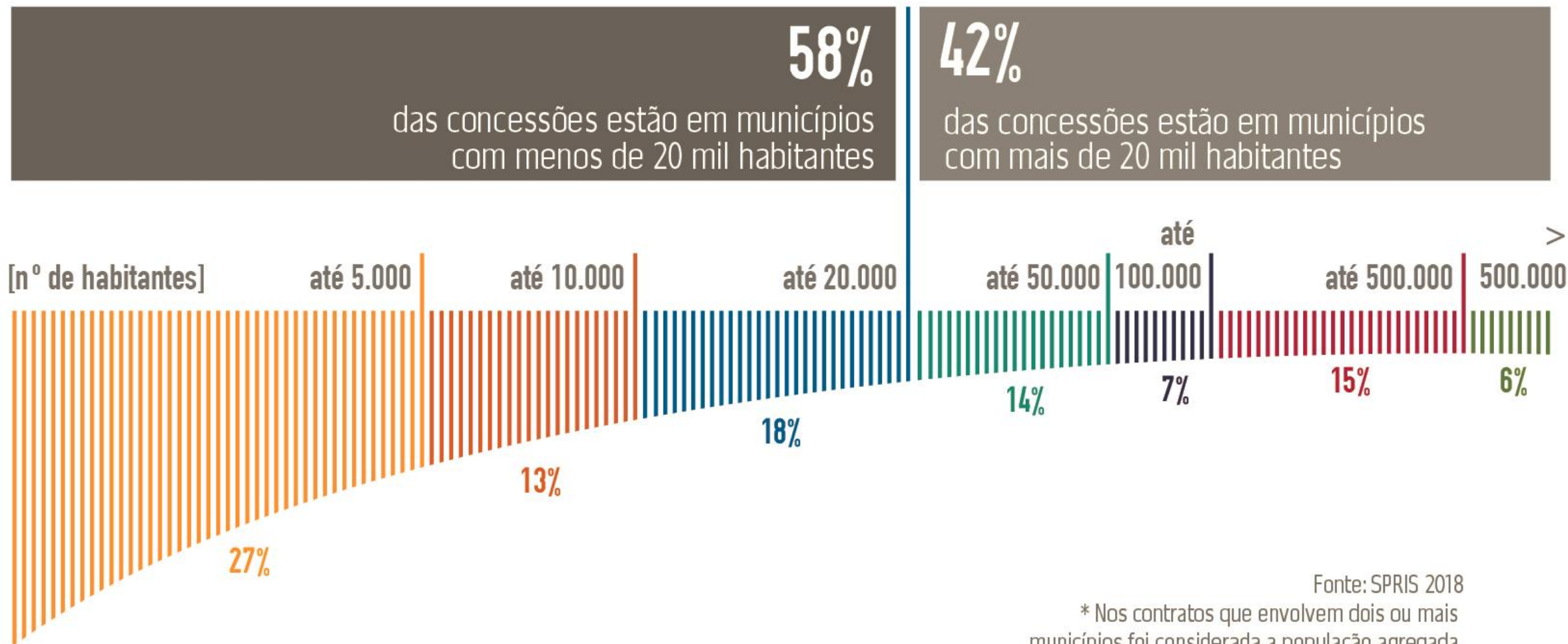
## Investimentos necessários:

- na ordem de 0,4% do PIB
- não se consegue chegar a 0,2%.



\* Valores atualizados pelo IPCA em dez. 2017. Fonte: BACEN

# Municípios com a participação do segmento privado por tamanho da população



# Como orientar o debate ...

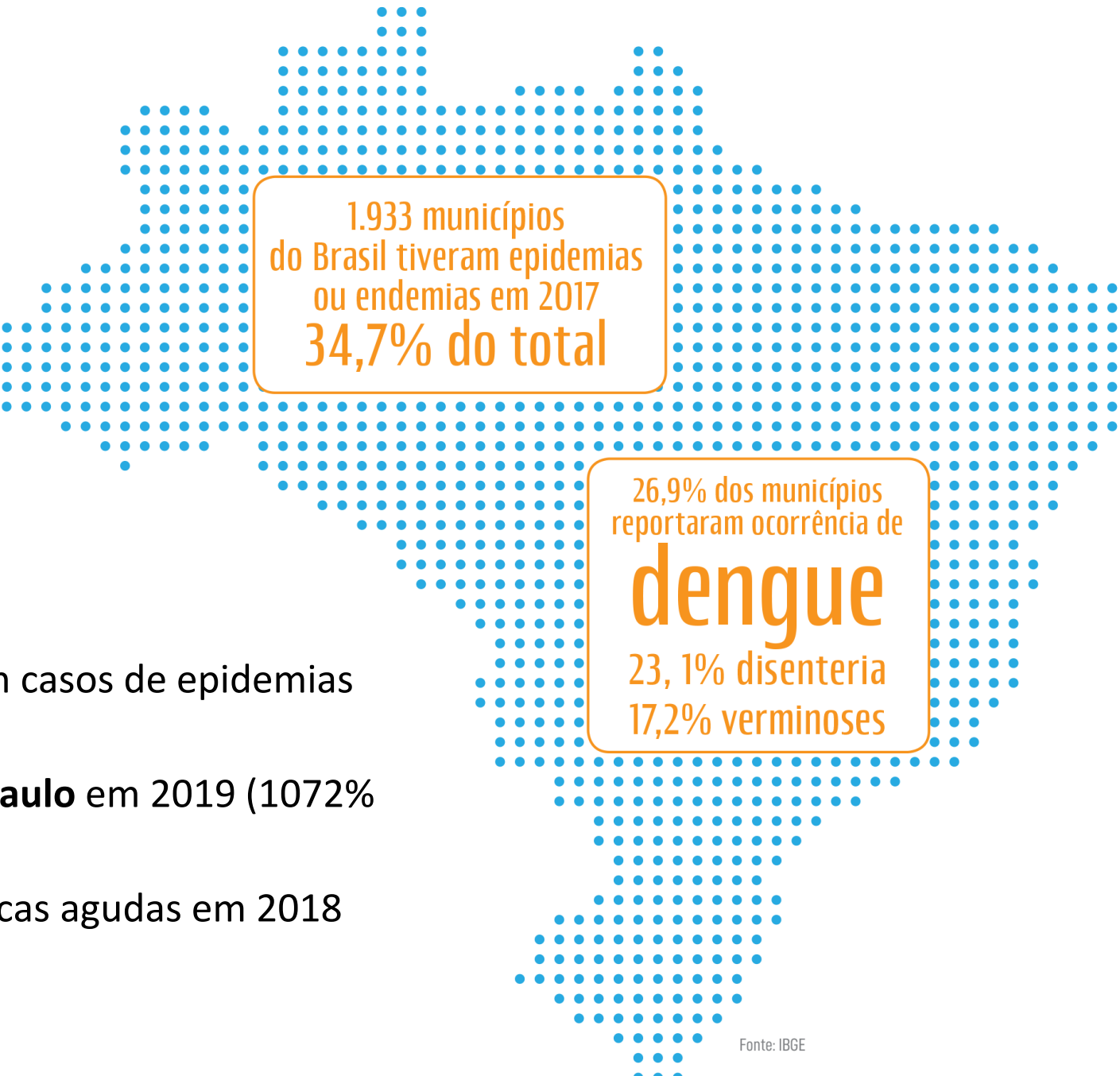
- **Foco no cidadão** não na organização institucional do setor
- População sem serviço, ou com serviço precário, **é a mais pobre e vulnerável** aos impactos mais severos da ineficiência do setor – o modelo atual não é justo
- Nos próximos 15 anos, **255 mil brasileiros morrerão** por doenças de veiculação hídrica provocadas pela falta de saneamento adequado
- 2016: perdas financeiras na distribuição da água potável - R\$ 10,5 bilhões, enquanto o investimento é R\$ 11,5 bilhões - **92% do valor investido pelo setor é perdido**

# Impactos na saúde

# R\$ 5 bilhões

## com redução de gastos na saúde até 2036

- **Metade dos municípios cearenses** tem casos de epidemias associadas ao saneamento básico
- **17 mil pessoas com dengue em São Paulo** em 2019 (1072% maior que o mesmo período de 2018)
- **3,7 mil capixabas** com doenças diarreicas agudas em 2018



1.933 municípios  
do Brasil tiveram epidemias  
ou endemias em 2017  
**34,7% do total**

26,9% dos municípios  
reportaram ocorrência de  
**dengue**  
23,1% disenteria  
17,2% verminoses

# Impactos na saúde

## Uruguaiana (RS)

- **R\$ 145 milhões** de investimento
- Ampliando o **atendimento do esgoto** de 9% para **94%**
- Em **2012**, foram registradas **3.002 ocorrências de diarreia** aguda na cidade.
- Em **2018** foram registrados **106 casos**, número esse 28 vezes menor que em 2012.

## Campo Grande (MT)

- **R\$ 1 bilhão** de investimento
- **Universalização** da rede de esgoto
- Taxa de internações por doenças diarreicas, passou de **157,3 a cada 100 mil** pessoas em **2003**
- Para **13,7 a cada 100 mil** habitantes em **2015** – uma redução de 91%.

## Águas de Niterói:

- 1999 - os **1.800 l/s** de água comprada por atacado só chegavam a **72% da população**
- Quatro anos depois, **100% da população abastecidos com a mesma vazão**
- **Perdas: de 40% (1999) para 16%**
- **150 mil pessoas são abastecidas com a mesma quantidade de água de 1999**
- Esgotamento sanitário: **1999 coleta de 35% da população - hoje 95% da população com esgoto coletado e tratado**

## Águas de Juturnaíba

- Maior ETE sistema wetland da América Latina - 200 l/s
- Usa plantas aquáticas, cascalhos e materiais inertes no processo sustentável e sem mau cheiro

40 toneladas/mes de podas de plantas usadas no tratamento de esgoto encaminhadas para a compostagem – outra parte doada para o artesanato para fazer porta-canetas, caminhar



## Custos e benefícios da expansão do saneamento no Brasil, 2016 a 2036

| Custos e benefícios                   | em R\$ Bilhões* |                  |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|
|                                       | por ano         | 2016-2036        |
| Redução dos custos com a saúde        | 0,297           | 5,949            |
| Aumento da produtividade do trabalho  | 9,519           | 190,374          |
| Renda da valorização imobiliária      | 22,373          | 447,457          |
| Renda do turismo                      | 2,143           | 42,860           |
| Subtotal externalidades (A)           | 34,332          | 686,641          |
| Renda gerada pelo investimento        | 15,097          | 301,933          |
| Renda gerada pelo aumento de operação | 24,496          | 489,920          |
| Impostos ligados à produção**         | 2,141           | 42,825           |
| Subtotal de renda (B)                 | 41,734          | 834,679          |
| <b>Total de benefícios (C=A+B)</b>    | <b>76,066</b>   | <b>1.521,319</b> |
| Custo do investimento                 | -12,063         | -241,269         |
| Aumento de despesas das famílias      | -7,716          | -154,314         |
| <b>Total de custos (D)</b>            | <b>-19,779</b>  | <b>-395,582</b>  |
| <b>Balanco (E=C+D)</b>                | <b>56,287</b>   | <b>1.125,737</b> |

Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica. (\*) em valores presentes a preços de 2017. (\*\*) dos investimentos e das operações de saneamento e das atividades imobiliárias.



# MP 868 ...

Mitos sobre a MP 844 – não foi apreciada pelo plenário em função do jogo político

Houve acordo entre Governo e oposição – sem tempo para sedimentação

Existe convergência sobre os avanços que a MP traz para o setor – são poucos os pontos de discórdia – existe uma clara oportunidade para o diálogo e para a convergência

Qualquer que seja a alternativa – deve promover um avanço estrutural no setor

Mais competição não quer dizer privatização - quer dizer espaço para quem tem condições de prestar bons serviços – esse é o princípio da mudança estrutural

# MP 868 ...

Organizar o setor para auferir ganhos de escala faz sentido – viabilidade para maior competição

Sistemas isolados são de interesse local – adesão a prestação associada voluntária

Regionalização (sistemas integrados) - faz sentido se vier acompanhada de chamamento público – ou seja, isonomia competitiva

- Segurança jurídica e operacionalidade na formatação da regionalização são essenciais
- Prestação associada é o melhor mecanismo (convênios Municípios/estados)
- Regiões metropolitanas – caso específico de titularidade comum

Equiparação de contratos de programa e contratos de concessão – ajustes no 10-D

Trazer ao regulamento sudelegações é um avanço – poderia ser simplificado

# Obrigado

Percy Soares Neto

Diretor de Relações Institucionais da ABCON

[percy.neto@abcon.com.br](mailto:percy.neto@abcon.com.br)

